A INTERDISCIPLINARIDADE EM HISTÓRIA DA ÁFRICA: DIÁLOGOS ENTRE A ANTROPOLOGIA E A EDUCAÇÃO

Carlos Eduardo Rodrigues

Universidade Estadual de Maringá - UEM, Curso de Pedagogia-EAD, Maringá-PR, E-mail: acruzada@hotmail.com.

RESUMO

A educação no século XXI requer uma nova postura da escola e dos educadores, com uma metodologia de ensino que valorize e respeite as diferenças socioculturais em defesa dos valores democráticos. Para uma boa prática docente é essencial o conhecimento de outras *culturas*, nesse sentido o objetivo deste artigo é estabelecer um diálogo entre a antropologia e a história para o estudo das sociedades africanas em defesa de uma prática docente longe dos estereótipos raciais. Como metodologia de trabalho realizou uma revisão bibliográfica de autores da educação, história e antropologia. Os resultados nos permitiu observar que a temática da África em sala de aula ainda está permeada de dúvidas e preconceitos, e com isso concluímos que é preciso criar mecanismo didáticos-pedagógico para auxiliar os professores em sala de aula.

Palavras-Chaves: Antropologia, História da África, Educação, Ensino de História, Interdisciplinaridade.

THE INTERDISCIPLINARITY IN HISTORY OF AFRICA: DIALOGUES BETWEEN ANTHROPOLOGY AND EDUCATION

ABSTRACT

Education in the twenty-first century requires a new attitude of school and educators, with a methodology of teaching that values and respect of the socio-cultural differences in defense of democratic values. For a good teaching practice is essential knowledge of other cultures, in this sense the purpose of this article is to establish a dialogue between anthropology and history for the study of African societies, in defense of teaching practice away from racial stereotypes. As a work methodology, a bibliographical review of authors of education, history and anthropology was carried out. The results allowed us to observe that the theme of Africa in the classroom is still permeated with doubts and prejudices, and with this we conclude that it is necessary to create didactic-pedagogical mechanism to assist teachers in the classroom.

Keywords: Anthropology, History of Africa, Education, History Teaching, Interdisciplinarity.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas o papel da escola e dos educadores se transformou radicalmente. As ações dos movimentos sociais de luta por igualdade e direito impôs ao sistema de ensino o desafio de lidar com as diferenças socioculturais, políticas e econômicas. Essa nova caminhada da educação no século XXI solicita professores preparados, que ensinem lições de tolerância e respeito ao *outro* e que saibam trabalhar com maestrias questões multiculturais de gênero e étnico-raciais. Para execução de tal tarefa não cabe apenas à boa vontade do professor, requer profissionalismo e conhecimento acadêmico. A temática da África em sala de aula entrou oficialmente no currículo escolar com a lei 10.639/2003 que declarou obrigatório a educação de *História e Cultura Afro-Brasileira* nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio nos setores público e particular. Essa legislação foi reforçada em 2008 com a lei 11.645 que instituiu o estudo da *História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena*.

Essa tardia adequação do currículo escolar a realidade social reflete vários aspectos de nossa formação sociocultural e política, sobretudo a resistência em superar o racismo oriundo dos séculos de escravidão. A África em sala de aula esbarra em uma série de empecilhos técnicos e morais. Os de ordens técnicas estão no desconhecimento sobre o tema, na carência de uma formação acadêmica adequada, na falta de materiais didático-pedagógicos específicos e deficiência nas políticas públicas. Os de ordens moral estão no pré-conceito sobre o negro e sua história, no enraizamento de estereótipos raciais que atribui à África e a seus descendentes a posição de inferioridade e submissão.

No século XVIII o filósofo iluminista alemão Friedrich Hegel (1770-1831) dizia que a África não é um continente histórico porque não demonstra nem mudança nem desenvolvimento, esse postulado prevaleceu no imaginário ocidental impactando diretamente a maneira com lidamos com as questões etno-raciais (FAGE, 2010). O enraizamento em nossa formação sociocultural desse empecilho é na verdade dois lados da mesma moeda, a deficiência técnica na formação pedagógica reforça os pré-conceitos de ordem moral e vice versa. Uma das saídas para esse círculo vicioso é o conhecimento através de uma abordagem interdisciplinar envolvendo a antropologia, a história e a educação, isso nos permite compreender a dinâmica das sociedades africanas, sua história, suas culturas e seu desenvolvimento.

A interdisciplinaridade é a dinâmica viva do conhecimento, é uma reação alternativa à abordagem disciplinar normatizada que é insuficiente para explicar os avanços sociais e tecnológicos das últimas décadas (LEIS, 2005). Com relação ao ensino de História da África a interdisciplinaridade contribui para combater a visão eurocêntrica das estruturas normatizada dos livros didáticos e dos currículos universitários. O eurocentrismo é a crença no modelo de desenvolvimento da Europa Ocidental como uma fatalidade “desejável” por todos os povos, ele se comporta como uma ideologia que remota às origens do capitalismo e está presente em diversas produções culturais que exaltam a história e o estilo de vida do ocidente (KOTTAK, 2013).

Esse modo de escrever a história da humanidade centra-se na expansão dos europeus sobre o mundo, em boa parte dos livros didáticos a África só aparece como fornecedora de escravos e o africano como um “objeto” ausente de humanidade e desejos, quase sempre a África passa despercebida ou é mencionada como uma terra distante e misteriosa povoada por feras e tribos selvagens. A visão eurocêntrica da história nos leva a tratar a África e os africanos de modo preconceituoso, o discurso midiático diariamente reproduz esses preconceitos ao transmitir somente o lado negativo do continente, a fome, a AIDS e a guerra (OLIVA, 2003).

Essas imagens e informações invadem os livros didáticos e são incorporadas à tradição racista e preconceituosa da escravidão alimentando a discriminação dos brasileiros aos afrodescendentes. Nesse contexto de desinformação a antropologia, disciplina desenvolvida para o estudo do homem em sua dimensão natural e cultural, possui ferramentas teóricas para a compreensão do *outro* como sujeitos autônomos e conscientes. Atuando em conjunto com a

História da África a antropologia possibilita observar e compreender a história do ponto de vista dos africanos, o que nos permite construir uma nova abordagem didático-pedagógica que navegue na contramão dos preconceitos raciais que povoam o imaginário dos brasileiros.

METODOLOGIA

No campo da pesquisa acadêmica a metodologia científica é o estudo sistemático e lógico dos métodos que tem como função mostrar ao pesquisador o procedimento de trabalho. Em termos gerais a metodologia vai além da descrição dos procedimentos utilizados na pesquisa, ela indica a opção técnica e teórica realizada pelo pesquisador para abordar o objeto em estudo. Com relação ao tema deste artigo, o diálogo entre a antropologia e a história para o estudo das sociedades africanas em defesa da prática docente longe dos estereótipos raciais, realizamos uma revisão bibliográfica de caráter narrativo, uma vez que a seleção da bibliografia analisada e da escrita foi submetida à interpretação do autor (GERHARDT; SILVEIRA, 2009).

A organização da pesquisa foi estruturada de modo a maximizar os resultados, para isso criamos um quadro de planejamento com os prazos das atividades a serem executadas. Os trabalhos duraram cerca de quatro meses e envolveram quatro etapas distintas que foram executadas passo a passo.

Os trabalhos começaram com o *levantamento bibliográfico* que significou intensas horas navegando na *web* e na biblioteca selecionando o máximo de materiais relacionado com o tema. As palavras-chaves que orientaram as pesquisas foram Antropologia, História da África e Educação. Depois do levantamento entramos na fase dois *leitura e fichamento*, onde ocorreram a escrita e as análises iniciais dos dados obtidos na fase anterior. Também foi a fase mais longa da pesquisa com quase dois meses de afazeres. O passo seguinte foi *a apresentação de resultados parciais ao orientador*, nessa etapa a ideia amadureceu após um longo processo de reuniões, debates, apresentações de manuscritos, correções e soluções de problemas. Por último *a escrita do trabalho* reuniu todas as informações das etapas anteriores em um único texto dentro da escrita acadêmica e pronta para ser apresentado em um evento de divulgação científica.

RESULTADOS

Os resultados alcançados permitiram observar que a temática da África em sala de aula ainda está permeada de dúvidas e preconceitos. Geralmente o tema fica restrito a eventos pontuais, em especial o 20 de novembro, mês da Consciência Negra e de Zumbi dos Palmares. Nos conteúdos didático-pedagógicos em si as sociedades africanas entram na história mundial durante as Grandes Navegações (séc. XV-XVIII) por conta do tráfico negreiro transoceânico. A narrativa construída pelo livro e muitas vezes compartilhada pelo professor transite ao aluno diversas ideias perigosas que alimentam os racismos sobre a população afro-brasileira.

Entre as ideias perigosas está a imagem da África como um país e não como um continente, onde as pessoas habitam uma grande floresta tropical rodeada de animais selvagens. Essa interpretação soma-se ao imaginário do *africano bárbaro* violento por natureza, daí a necessidade de escravizá-lo como forma de reeducá-lo. Além disso, a primeira vez que o livro didático menciona os africanos são no trabalho escravo nas *plantations* de cana de açúcar do Brasil Colonial. Logo, para um aluno de 6º ano que tem entre 11 e 12 anos de idade todas as pessoas que vêm da África para o Brasil são escravos. Aqui é interessante ressaltar que a palavra escravo vira sinônimo de negro e em raros casos o professor explica ao aluno que o escravo é na verdade um ser humano como ele. Essa falta de ética no trabalho docente gera um problema grave na explicação uma vez que o aluno assimila sem perceber a relação simplista entre negro = escravo.

Essa grave interpretação é potencializada nos estudos do Brasil Imperial onde o africano escravizado é representado como um qualquer que espera pacificamente a redenção dos pecados

pela Abolição. Geralmente os livros apresentam a assinatura da lei Áurea em 13 de maio de 1888 como uma dádiva concedida à população afro-brasileira pela benevolente princesa Isabel. Posteriormente a assimilação negro = escravo se transforma, na história do Brasil República, em negro = trabalhos subalternos. Os afro-brasileiros ocupam as favelas, os bairros pobres e os presídios, dificilmente os livros expõem exemplos de afro-brasileiros de alto destaque social, algo que mexe diretamente com a autoestima dos alunos das camadas populares que não se veem ocupando no futuro cargos de importância na sociedade.

DISCUSSÃO

A Antropologia entra no universo da disciplina de História na década de 1930 com a Escola dos *Annales*, corrente historiográfica surgida na França que revitalizou o olhar e a profissão do historiador. Partindo de críticas ferrenhas a perspectiva histórica do Positivismo do século XIX os franceses Marc Bloch (1886-1944), Lucien Febvre (1878-1956) e Fernand Braudel (1902-1985) revolucionaram o campo historiográfico ao buscar um diálogo entre a História e as Ciências Sociais. Na década de 1970 essa nova forma de estudar os fenômenos históricos recebeu o nome de *História Nova* por trazer à tona outros problemas e novos temas para o historiador dentro de uma perspectiva multidisciplinar (QUEIROZ, 1999).

Aspirando uma concepção histórica mais global e menos sistemática a História Nova recomenda que o historiador construa o seu objeto de análise através de vários tipos de fontes históricas que podem ou não responder às suas interrogações. Partindo desse pressuposto o historiador dos *Annales* busca na Antropologia um olhar sociocultural para melhor compreender as sociedades humanas e juntamente com um exercício de reflexão sobre o outro trazer à luz questões relacionadas ao *multiculturalismo* como identidade de gênero, classe social e relações étnico-raciais (QUEIROZ, 1999; DOSSE, 1992).

Os novos temas propostos pelos *Annales* tem em comum o *Relativismo cultural*, linha de estudo da Antropologia voltada para a compreensão das *culturas*. O relativismo cultural é o oposto da perspectiva eurocêntrica, é a visão de que os comportamentos humanos expressos na cultura não devem ser julgados pelos padrões culturais daquele que julga. Para o antropólogo estadunidense Franz Boas (1858-1942) as culturas humanas são diferentes entre si e cada qual desenvolveu métodos para dialogar com o meio ambiente que se estabeleceram, pois todas as sociedades têm a sua própria dinâmica, lógica e autonomia. O relativismo cultural foi tomado como regra pelos historiadores como forma de combater a postura eurocêntrica presente na escrita da história (KOTTAK, 2013; OSÓRIO, 2009).

No século XIX a escrita da história estava influenciada pela teoria *Evolucionista* dos ingleses Charles Darwin (1809-1882) e Herbert Spencer (1820-1903), este último responsável pela doutrina do evolucionismo social que justificava a colonização da África e da Ásia. O evolucionismo interpretava as sociedades humanas em categorias de superior e inferior, o advogado estadunidense Lewis Morgan (1818-1881) elaborou um modelo classificativo das sociedades do qual o tempo é o fator chave onde umas sociedades avançaram mais e outras menos, sendo os parâmetros evolucionistas a tecnologia, a escrita, a linguagem, as regras de etiquetas, o monoteísmo e os sistemas de parentesco com base na família nuclear. Quanto mais próximo da sociedade ocidental menos primitiva era a sociedade (OSÓRIO, 2009).

Essa interpretação das sociedades se espelhava na ideia de *Progresso* defendida pelos Positivistas para quem a história da humanidade é movida por leis. Para o francês Auguste Comte (1798-1857) as ideias e as leis que moviam a sociedade ocidental estavam pautadas na crença no desenvolvimento tecnológico provocado pela Revolução Industrial (séc. XVIII-XIX) que tornariam o homem mais consciente, racional e senhor de seu próprio destino. Nesse contexto a função da educação seria a formação de indivíduos dentro de uma cultura cientificista como motor da sociedade moderna, capitalista, positiva e ordenada (CARVALHO, 2008).

Nosso ensino de história ainda está preso às amarras do Positivismo e talvez por isso seja difícil para os professores olharem para as outras culturas sem estabelecer parâmetros de superior e inferior. É somente na metade do século XX com as lutas sociais de independência e a construção dos Estados nacionais africanos que a temática africana passa a ser estudada pelas Ciências Humanas dentro da perspectiva acadêmico-científico, distanciando dos achismos, das concepções prévias e dos preconceituosos. Nesse contexto, os afros-americanos do Caribe, da América do Sul e dos Estados Unidos se empenharam para identificar as especialidades histórico-culturais da África e sua continuidade nas Américas, a diversidade cultural, as diásporas africanas, as religiões e as contribuições política e econômica dos africanos para a edificação da história da humanidade entram no currículo das lutas sociais por igualdade e respeito, cujo reflexo se dá na prática docente em sala de aula (HERNANDEZ, 2008).

Em defesa de uma prática docente plural e ética o professor deve mostrar aos seus alunos a importância da África e dos africanos. O Egito Antigo com civilização genuinamente negra, o grande reino do Congo e Angola (séc. XVII-XVIII) cujas influências sociais e econômicas construíram o Brasil. As técnicas dos africanos na mineração em Minas Gerais, na agricultura de *plantations*, na metalurgia e olaria das casas, pontes e engenhos. A riqueza do Reino do Mali, representado em um mapa catalão de 1375 com os dizeres: "Este senhor negro é chamado Musa Mali, senhor dos negros da Guiné. Tão abundante é o ouro que foi achado no seu país que ele é o mais rico e nobre rei em toda a terra". A atuação primorosa e decisiva dos afro-brasileiros na Guerra do Paraguai (1864-1870), o maior conflito armado da América do Sul.

E o que dizer dos irmãos Antônio Pereira Rebouças Filho (1839-1874) e André Rebouças (1838-1898), engenheiros, militares e abolicionistas, responsáveis pela estrada de ferro Paranaguá-Curitiba e Campinas-Limeira-Rio Claro, e que estudaram na Europa superando as limitações culturais, políticas e econômicas impostas aos negros no século XIX. E como contar a história das décadas de 1960 e 1970 sem mencionar o protagonismo de Angela Davis no combate ao segregacionismo nos Estados Unidos ou o Movimento da *Black Rio* que tinham Tony Tornado à sua frente e atuava na conscientização política e combate ao racismo através de bailes nos subúrbios cariocas. E as inúmeras contribuições culturais na dança, no folclore, na culinária, na religião e na arte puramente afro-brasileira, que se misturaram com as tradições indígenas e europeias e que fazem do Brasil, Brasil.

A historiadora e ativista afro-brasileira Beatriz Nascimento (1942-1995) dizia: "a história do Brasil foi escrita por mãos brancas", cabe ao professor à opção de superar ou não essa escrita eurocêntrica da história nacional.

CONCLUSÃO

Em uma perspectiva dinâmica de encontros culturais o entendimento da África enquanto realidade social brasileira é o primeiro passo para uma prática docente distante dos estereótipos raciais. O olhar antropológico amplia nosso conceito de cultura, e é por esse motivo que os *Annales* irão buscar na antropologia novos conceitos para examinar o passado. É essa disciplina desenvolvida para o estudo do homem em sua dimensão natural e cultural que nos permite refletir sobre nossas crenças e valores e a compreender a história do ponto de vista do africano.

Os educadores, que diariamente esbarram em uma série de empecilhos técnicos e morais, sentem dificuldades para escaparem das amarras do eurocentrismo que domina os conteúdos didático-pedagógicos. Libertar-se das amarras requer do docente profissionalismo e ética, só assim podemos pensar em um ato de ensinar longe dos estereótipos raciais e agir dentro da perspectiva antropológica do relativismo cultural. Esse é o "caminho das pedras" para uma prática docente que transmita ao aluno o conhecimento necessário para formação de cidadã, consciente de seus deveres, direitos e da realidade social em que vive.

REFERÊNCIAS

- CARVALHO, A. B. de. Positivismo, Fenomenologia e Existencialismo. In: COSTA, C. J. da. Fundamentos filosóficos da educação. Maringá-PR: Eduem, 2008.
- DOSSE, F.. A História em migalhas: dos Annales à Nova História. São Paulo-SP: Ensaio; Campinas-SP: Editora Estadual de Campinas, 1992.
- FAGE, J. D.. A evolução da historiografia da África. In: KI-ZERBO, Joseph. História geral da África, I: Metodologia e pré-história da África. Brasília: UNESCO, 2010.
- GERHARDT, T. E. (Org.); SILVEIRA, D. T. (Org.). Métodos de Pesquisa. 1. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- HERNANDEZ, L. M. G. L.. A África na sala de aula: visita à história contemporânea. São Paulo-SP: Editora Selo Negro, 2008.
- KOTTAK, C. P.. Um espelho para a humanidade: uma introdução à antropologia cultural. Porto Alegre-RS: AMGH, 2013.
- LEIS, H. R. Sobre o conceito de interdisciplinaridade. Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas, Florianópolis, p. 2 - 23, v. 6, n. 73, 2005.
- OLIVA, A. R.. A História da África nos bancos escolares. Representações e imprecisões na literatura didática. Revista Estudos Afro-Asiáticos, Ano 25, n o 3, 2003, pp. 421-461.
- OSÓRIO, P. S.. A Antropologia enquanto um dos campos específicos de estudo do homem. In: ASSIS, V. S. de (org.). Introdução à antropologia. Maringá-PR: Eduem, 2009.
- QUEIROZ, T. A. P.. A História do historiador. São Paulo-SP: Humanitas/FFLCH/USP, 1999.